

## **CORPO-TERRITÓRIO E SOBERANIA ALIMENTAR: REFLEXÕES DESDE A FORMAÇÃO POLÍTICA PARA LGBTI+ NA VIA CAMPESINA BRASIL**

### ***BODY-TERRITORY AND FOOD SOVEREIGNTY: REFLECTIONS FROM POLITICAL FORMATION FOR LGBTI+ IN VIA CAMPESINA BRAZIL***

Vinicius da Silva Oliveira<sup>1</sup>

#### **Resumo**

Uma real transformação social terá pássaros coloridos bordados na bandeira da Pátria Livre. Este artigo tem por objetivo fazer reflexões iniciais desde formação política de LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais) no encontro dos Movimentos Sociais do campo, águas e florestas articulados na Via Campesina Brasil. Trazendo as chaves de reflexão: corpo-território e Soberania Alimentar, articuladas à pauta da Diversidade Sexual de Gênero no interior da Via Campesina e provocar pontos de potencialidades e desafios para os movimentos. A metodologia utilizada se pautou pela revisão bibliográfica, destacando formulações dos movimentos sociais do campo e pesquisa do tipo participante, pois quem o escreve faz parte do observado e refletido. Em tom de reflexão política desejo que as ideias trazidas aqui possam contribuir na sistematização, proposição e/ou ação política anticapitalista, antirracista e antipatriarcal, buscando construir novas formas de relação humana e com a natureza. Vindo do olhar de uma LGBTI+ Sem Terra, indicamos ao final algumas agendas que podemos assumir na construção de uma emancipação humana, anunciando que a revolução será LGBTI+ ou não será!

**Palavras-chave:** Diversidade Sexual e de Gênero; Movimentos Sociais; LGBTI+fobia; Relações Humanas.

**Dossiê: Artigo Original:** Recebido em 14/06/2025 – Aprovado em 11/11/2025 – Publicado em: 29/12/2025

<sup>1</sup> Licenciatura em Educação do Campo - Ciências da Natureza e Especialista em Educação do Campo e a Realidade Brasileira a partir de seus pensadores pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral. Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Territorial na América Latina e Caribe (TerritoriAL) pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) e pela Escola Nacional Florestan Fernandes (ENFF), São Paulo/SP, Brasil. e-mail: [viniciuspoliveira@gmail.com](mailto:viniciuspoliveira@gmail.com) ORCID: <https://orcid.org/0009-0005-0872-0015> (autor correspondente)

**Abstract**

*A real social transformation will have colourful birds embroidered on the flag of the Free Homeland. The aim of this article is to provide initial reflections on the political formation of LGBTI+ (Lesbians, Gays, Bisexuals, Transvestites, Transsexuals, Intersexuals) in the meeting of the Social Movements of the countryside, waters and forests articulated in Via Campesina Brazil. Bringing the keys to reflection: body-territory and Food Sovereignty, articulated with the agenda of Sexual Gender Diversity within Via Campesina and provoking points of potential and challenges for the movements. The methodology used was based on a bibliographical review, highlighting the formulations of social movements in the countryside, and participant research, since the writer is part of what is being observed and reflected on. As a political reflection, I hope that the ideas presented here can contribute to the systematisation, proposition and/or political action that is anti-capitalist, anti-racist and anti-patriarchal, seeking to build new forms of human relations and relations with nature. Coming from the perspective of a LGBTI+ Sem Terra, at the end we indicate some agendas that we can take on in the construction of human emancipation, announcing that the revolution will be LGBTI+ or it won't be!*

**Keywords:** *Sexual and Gender Diversity; Social Movements; LGBTI+phobia; Human Relations.*

**1 Introdução**

Este artigo pretende fazer reflexões iniciais fruto de processos de formação política de LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexuais)<sup>i</sup> no encontro dos Movimentos Sociais do campo, águas e florestas<sup>ii</sup> articulados na Via Campesina Brasil<sup>iii</sup>. Trazendo as chaves de reflexão corpo-território e Soberania Alimentar articuladas à pauta da Diversidade Sexual e de Gênero (DSG) no interior da Via Campesina (VC) e provocar pontos de potencialidades e desafios para os movimentos. Reflexões estas feitas a partir de um olhar para várias vivências, intercâmbios e debates coletivos e fruto de uma pesquisa<sup>iv</sup> maior e que não se encerra aqui, pois é um fenômeno vivo em suas manifestações iniciais, com limites e potencialidades.

Aqui fazemos o exercício de fortalecer o reconhecer a Diversidade Sexual e de Gênero como uma pauta estruturante da luta camponesa como parte da classe trabalhadora que vai além de visibilizar a existência de LGBTI+ nas organizações, pois já é evidente que isso não basta. Desta forma, propomos reflexões para além de nossos corpos, e sim para todos os povos, do campo, água, florestas e cidades.

Várias foram as condições para que hoje possamos atrelar as pautas da Via Campesina com a pauta da Diversidade Sexual e de Gênero, contudo podemos destacar que a organização das mulheres, do Coletivo LGBTI+ do MST e a própria auto organização das LGBTI+ foram as condições essenciais nessa trajetória. Obtendo resultados muito concretos como a constituição de um Coletivo LGBTI+ da Via Campesina Brasil em 2020, e mais recentemente,

em 2023, a criação e conquista de um espaço organizativo precioso, a Articulação Internacional de Diversidades<sup>v</sup>.

Em tom de reflexão política desejo que as ideias trazidas aqui possam, em algum nível, contribuir na sistematização, na proposição e na ação política que busquem construir novas formas de relação humana e com a natureza. Buscando aqui, a partir do olhar de uma LGBTI+ Sem Terra indicar algumas agendas que podemos assumir na construção de uma emancipação humana. Anunciando que a revolução será LGBTI+ ou não será!

## 2 Metodologia

Da metodologia utilizada, recorreremos à revisão bibliográfica e à pesquisa documental, com destaque às formulações dos movimentos sociais do campo. Fundamentalmente, a pesquisa que dá origem a este trabalho é do tipo participante onde buscamos “[...] realizar a observação dos fenômenos, compartilhar a vivência dos sujeitos pesquisados, participando, de forma sistemática e permanente, ao longo do tempo da pesquisa, das suas atividades.” (Severino, 2007, p. 120)”. O trabalho e quem o escreve fazem parte do observado e do refletido, pois fiz e faço parte dos espaços políticos, organizativos e formativos desde o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e da Via Campesina, onde foram forjadas as instâncias, debates e elaborações desde 2016 até atualmente. Ademais, estes elementos estarão em diálogo com referências bibliográficas pertinentes.

## 3 Resultados e discussão

### 3.1 *Corpo, Território e Diversidade Sexual e de Gênero*

Assim como a planta que para se desenvolver precisa de solo fértil, as reflexões deste artigo também vêm de uma conjuntura na qual eclodem ideias que rompem o chão. Como a letra da música de Francisco, El Hombre diz, “uma flor rasgou a rua, desafiando a inércia cinza do ódio”<sup>vi</sup>, anunciando fissuras nas ordens que nos prendem. Do mesmo modo as reflexões aqui partem do chão que pisamos, do território.

Não é possível falar de movimentos sociais descolados do debate de território, pois todas as pautas de luta se remetem a um território, seja de uma comunidade específica, ou várias comunidades articuladas e coordenadas em nível nacional ou internacional. Podemos exemplificar com a luta pelo reconhecimento de uma comunidade quilombola, ou o acesso de uma determinada Terra Indígena à saúde, ou ainda a luta pela Reforma Agrária Popular como um projeto de campo e sociedade, por sua vez, articulado nacionalmente. Outros exemplos que poderíamos apresentar, seja de povos já territorializados, ou de povos em luta pela territorialização, sempre remetem à essa chave corpo-território.

O corpo é nossa primeira materialidade, é onde existimos e por onde experienciamos o mundo através dos sentidos, é com ele que lutamos. No contexto político dos movimentos sociais é perceptível que ao falar dessa materialidade do corpo é comum que elementos do território se mesclam com a percepção, o ambiente e suas relações se compartilham. O mesmo ocorre ao pensar o território que é indissociável da intervenção humana, pois ao produzir o espaço, o território somos produzidos e vice versa.

Veronica Gago (2020) diz que “corpo-território é um conceito político que evidencia como a exploração dos territórios comuns e comunitários (urbanos, suburbanos, camponeses e indígenas) implica violentar o corpo de cada um e o corpo coletivo por meio da espoliação”. Esse conceito surge pela luta das mulheres amefricanas<sup>vii</sup> contra as mega corporações extrativistas, e partir desse protagonismo, tem enunciado a relação indissociável entre domesticação (subordinação compulsória da mulher) e colonização, contribuindo para um sistema triplo de opressão social-racial-sexual, que Lélia Gonzalez já fazia a denúncia de que sustenta o sistema capitalista (Freitas, 2022).

Para compor as relações que existem nesta expressão corpo-território, podemos recorrer a uma análise de Milton Santos (2007) que afirma:

O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. **O território usado é o chão mais a identidade.** A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho; o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (Santos, 2007, p. 14).

Desta forma, devemos olhar o território para além de um determinado espaço geográfico ocupado, e identificar o que de humano está intrínseco, a cultura, a identidade e as relações estabelecidas ali. Como indica Fernandes (2009), o território é uma totalidade, ou seja, separar o que lhe compõe pode limitar a análise de sua dinâmica.

Quando a Via Campesina aponta que a luta pela terra é luta por território, indica uma série de conflitos que são vivenciados pelos sujeitos do campo no âmbito da Questão Agrária. Para nosso caminho de reflexão percorrido neste trabalho, é fundamental nos perguntar: que tipo de território estamos constituindo no contexto de nossas lutas?

O território é a materialidade onde o povo se constitui, onde ele existe, produz e reproduz a sua existência, seja ele uma comunidade, ou um movimento social camponês, indígena, quilombola, ou ainda urbano. Pensar território e pensar povo não podem estar descolados. E, para pensar povo devemos nos remeter a todas as suas dimensões e em toda sua diversidade. Desta forma, dimensões humanas como o gênero, a sexualidade, a raça e etnia não podem estar desgarradas. Elas são estruturantes na composição do território, pois dizem respeito a como se dão nossas relações sociais no espaço vivido e para além deles.

Na atual complexidade da forma societária capitalista, e dos conflitos agrários que dela decorrem, a luta por terra-território, ou a luta terra-povo-território, deve garantir a pauta LGBTI+, feminista e antirracista no movimento cotidiano de territorialização, pois não basta alterar somente no campo político e econômico, se o que se busca configurar é a emancipação humana em sua totalidade.

Débora Gomes Lima (2021), integrante da CONAQ (Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas) traz uma síntese importantíssima num de seus depoimentos, indicando que em se tratando de território e as relações sociais que nele se estabelecem a partir da luta, é importante considerar de que “não há territórios livres com corpos presos”<sup>viii</sup>. Ela reitera que numa primeira camada corpo e território mantém uma relação umbilical, e numa segunda camada, a liberdade plena do território está condicionada à liberdade do corpo do povo.

Considerando que terra e território, e, território e povo não se dissociam, podemos aprofundar no mesmo sentido nossa reflexão, de que corpo e território também não. Nesse sentido, nosso corpo pode ser entendido como nosso território. Um território em constante disputa, território camponês, negro, pescador, indígena e também LGBTI+. É nesse corpo-território onde está a materialidade dos nossos sexos, gêneros e orientações sexuais, onde experienciamos o mundo através dos sentidos, onde sentimos a opressão, a dominação e exploração oriundas do sistema capitalista e patriarcal, e fundamentalmente é com tal corpo que lutamos. Somos corpos e sujeitos que confluem a luta pela liberdade da terra, do território, da soberania alimentar e do amor.

O processo de acumulação primitiva<sup>ix</sup> - condição necessária para o estabelecimento do sistema capitalista - para seu sucesso impôs uma separação do corpo do sujeito, conformando a “máquina-humana”, destituindo ou limitando os seus ciclos naturais, modo de vida, significados, crenças, etc., desumanizando o povo para se adequar à crescente lógica de produção. Constituiu-se como o principal salto tecnológico desse desenvolvimento, um passo essencial no desenvolvimento das forças produtivas no período de acumulação primitiva. Assim podemos indicar que, a primeira máquina produzida pelo capitalismo não foi o relógio tampouco a máquina a vapor, foi o corpo (Federici, 2017).

Focando nessa leitura histórica podemos visualizar que a alienação ao próprio corpo não é natural ou um acaso, é parte de um projeto de exploração, que deve se utilizar de todo mecanismo para condicionar e “domar” o corpo humano. Os corpos que não se adequam ao trabalho são marginalizados, perseguidos, patologizados e/ou eliminados, assim como um produto defeituoso na linha de produção é descartado. Lógico que esse processo é massivo e ao passo que caminhamos no tempo esse disciplinamento passa a ser entendido como natural, e como parte de um amplo processo de alienação, reiteradamente passa a ser mantido pelos próprios dominados, renovando o ciclo da dominação.

Assim, como nos foi expropriada a terra, nos foi expropriada a consciência da vastidão dos nossos corpos, reduzindo-os a um recipiente onde se faz o depósito de demandas e o saque da força de trabalho. Esvaziar gerações de trabalhadoras/es da sua conexão com o corpo, sua multiplicidade, sua relação com a terra e o território, torna a exploração capitalista mais fácil. Homogeneizar toda uma classe ocorreu antes do estabelecimento da monocultura, hoje expressa na forma do agronegócio.

A classe trabalhadora é idealizada pela sociedade - tanto pela própria classe quanto a burguesia - como uma abstração, um sujeito universal masculino, branco, cisgênero e heterossexual; sem diversidade de sexualidade, raça, etnia, dentre outros marcadores sociais da diferença. Entretanto, pelo contrário, é nela que explode a diversidade de toda a ordem. Ao mesmo passo, por essas marcas diversas é discriminada dando condições estruturais e no seu interior que criar outras camadas de opressão, dominação e exploração. Por exemplo, um homem e uma mulher da classe trabalhadora sendo explorados num corte de cana: o homem ainda se beneficia pela estrutura patriarcal da sociedade capitalista recebe mais pelo trabalho do que uma mulher, a qual muitas vezes ainda passa por situações de violência doméstica. Outro exemplo emblemático é que ao se candidatar a uma vaga de emprego, com as mesmas

qualificações, a mulher branca ser contratada e a negra não, explicitando situações de um racismo estrutural e enraizado na sociedade brasileira. Outro exemplo é a diferença abismal em todo processo do trabalho com pessoas trans, sapatão e bichas, especialmente as pretas, sendo expulsas das escolas e passando pela negativa de trabalho na candidatura a vagas de emprego - evidenciando assim, a LGBTI+fobia.

Olhando para os movimentos sociais do campo e para a classe como um todo, é necessário combater a compreensão de que a classe trabalhadora é homogênea, e ao mesmo tempo provocar algumas perguntas, tais como: o que precisamos superar enquanto trabalhadoras/es para feminilizar, enegrecer, e translesbiviadecer a classe? Quais são os corpos que a classe trabalhadora precisa constituir? Quais são as novas relações humanas e com a natureza que precisamos construir?

Não pretendemos aqui solucionar tais perguntas, mas sim colocá-las em questão. Pois reconhecer a Diversidade Sexual e de Gênero como estruturante na luta vai além de reconhecer a existência de LGBTI+ nas organizações. Já evidenciamos que isso não basta, e propomos reflexões para além de nossos corpos, e sim para todas as companheiras e todos os companheiros.

Quando afirmamos a expressão “*translesbiviadecer*”, nos referimos ao reconhecimento da existência para além da cisgeneridade e da heterossexualidade no interior da classe/movimento. Não nos referimos a um processo compulsório de imposição de identidade gênero e orientação sexual - isso é feito pelo patriarcado e pelo heterossexismo<sup>x</sup> a milênios, e sim a refletir sobre o que a existência lésbica ou trans, por exemplo, tem a nos dizer quanto à construção da minha sexualidade, afetividade e as normativas de gênero e sexualidade.

Quando nos colocamos como militantes dentro de movimentos sociais em luta por território, especialmente na realidade camponesa, buscamos mirar nosso horizonte para transformações radicais na sociedade, imbuir nossa prática cotidiana de superação da sociedade de classes e todas as formas de opressão a ela vinculadas. Esse desafio passa por um processo de modificação de estruturas muito antigas, que foram recriadas e fortalecidas na nossa realidade concreta deste tempo histórico. Passa também por compreender a articulação simbiótica entre capitalismo, patriarcado e racismo, e seus desdobramentos na construção da nossa afetividade. Passa fundamentalmente por repensar as masculinidades e as feminilidades, a sexualidade, as subjetividades e as relações sociais entre nós.

### 3.2 Soberania Alimentar e Relações Humanas Saudáveis

Numa primeira impressão, Soberania Alimentar nos remete a acesso a alimentação, contudo esse conceito vai para muito além disso. Pretendemos aqui sinalizar que há uma conexão umbilical entre esta pauta estruturante da Via Campesina e a construção de relações humanas saudáveis.

Inicialmente precisamos diferenciar Soberania Alimentar de Segurança Alimentar, que por sua vez é uma política pública de ordem governamental sobre o direito à alimentação, que não dá conta de olhar para quais tipos de alimentos estão sendo produzidos, nem mesmo sob quais relações de trabalho, e processos de distribuição. Podemos dizer que, como contraponto, está a Soberania Alimentar.

Segundo Islandia Bezerra (2021):

A soberania alimentar é uma definição que se originou no movimento da Via Campesina [...], mais especificamente em 1996, e foi referendada no Fórum Mundial de Soberania Alimentar, em 2001. A sua proposta nasceu como uma estratégia de enfrentamento às políticas neoliberais, nas quais predomina o poder decisório das grandes corporações do sistema agroalimentar mundial, que, por sua vez, impõem aos países uma série de medidas que fragilizam (e muitas vezes acabam com) a autossuficiência dos povos. Arelado a isso, essas políticas também atuam para a diminuição do papel regulador do Estado. A Via Campesina possibilita o debate da soberania alimentar, em âmbito global, como legítimo e necessário. No contexto neoliberal, essas macropolíticas destroem a natureza, dizimam e expropriam povos originários, comunidades tradicionais e comunidades pesqueiras dos seus territórios e também comunidades rurais. Esses resultados, por sua vez, reverberam nas cidades, nos médios e grandes centros urbanos, e influenciam diretamente as práticas de produção e o consumo de alimentos (Bezerra, 2021, p. 714).

Neste contexto não se apresenta como um mero conceito, mas uma luta complexa sujeita a disputas políticas intensas. Desta forma, a Soberania Alimentar interroga a produção do alimento e as relações na produção alimentar, anunciando a necessidade de se olhar o processo mais minuciosamente. Buscando uma síntese, a Via Campesina Internacional (2021) afirma que:

A Soberania Alimentar é o direito dos povos de definir suas próprias políticas agropecuárias e de alimentação, bem como de proteger e regulamentar a produção agropecuária e o mercado nacional objetivando alcançar o desenvolvimento sustentável. [...] a soberania alimentar não nega o comércio internacional, porém defende a opção de formular políticas e fomentar práticas comerciais que sirvam aos direitos das populações, disponibilizando métodos e produtos alimentícios inócuos, nutritivos e ecologicamente sustentáveis. (Via Campesina Internacional, 2001).

Islandia Bezerra (2021), indica que:

Posteriormente, em 2007, na Declaração de Nyéléni, documento final do Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, realizado em Mali, tem-se uma complementação “[...] a soberania alimentar é um direito dos povos a alimentos nutritivos e culturalmente adequados, acessíveis, produzidos de forma sustentável e ecológica, e seu direito de decidir seu próprio sistema alimentar e produtivo” (Fórum Mundial pela Soberania Alimentar, 2007) (Bezerra, 2021, p. 714).

Olhando com essa lente, passa pela Soberania Alimentar o direito dos povos a não somente o alimento, mas sim a alimentos saudáveis produzidos com outras relações entre natureza e seres humanos. Nesse raciocínio, o Feminismo Camponês e Popular vem trazendo contribuições há algum tempo afirmando que não é possível pensar na produção de alimentos sem questionar profundamente as condições em que são produzidos.

Repensar as relações humanas com a natureza, envolve reestabelecer novas formas de cultivo da terra para a garantia da Soberania Alimentar. Fernandes e Schwendler (2015) *apud* Zanotto (2017) dissertam:

Fernandes em seu texto pergunta: porque será que a soberania alimentar nasceu da Via Campesina e não das corporações? Encontra como resposta na própria significação das palavras **agriCULTURA** e **agroNEGÓCIO**. Quem produz pensando em transformar a alimentação em negócio não pode propor soberania alimentar, porque esta é mais importante que a riqueza individual, porque um povo soberano é livre, como dizem os movimentos organizados, e um povo livre não precisa de ninguém que lhes garanta sua existência, porque cada povo se constrói a partir de sua soberania. Ainda em Fernandes, “Porque para produzir alimentos é preciso terra – território. Assim a territorialidade da terra transforma o alimento em território. Para se ter alimento é necessário ter território”. (Idem, p. 14) por isto os capitalistas recusam as soberanias populares (Fernandes; Schwendler, 2015 *apud* Zanotto, 2017, p. 69).

Cultivar a terra é também cultivar uma territorialidade, é forjar relações com a natureza e com o povo. Assim, as condições de vida daquele povo vão depender das relações que estão sendo estabelecidas. Como anuncia o grito de ordem “*Alimento sano: pueblo soberano!*”, e a grande agroecóloga Ana Maria Primavesi quando afirma “solo sadio, planta sadia, ser humano sadio”<sup>xi</sup>, ambos indicam que há uma relação intrínseca entre terra, território, alimento e povo em sintonia para garantir a saúde integralmente. Somente garantindo alimento sem veneno, mas sob as condições de relações violentas, depredatórias com a natureza, e autoritárias, machistas, racistas e LGBTI+fóbicas com o povo, não é possível construir Soberania Alimentar.

O MST no último período vem afirmando uma síntese pertinente em nosso tempo histórico ao se debruçar sobre a Agroecologia colocando-a para além da produção, mas dimensionando-a como uma nova forma de relação com a natureza, trabalho e entre as pessoas. Conclui que “não se produz alimentos saudáveis com relações doentes”. Assim, precisamos ter um olhar mais “agroecológico”, refletindo profundamente sobre as várias relações que estão

produzindo aquele alimento. Se se perpetua relações de dominação, opressão e exploração, devemos superá-las, pois para buscar a emancipação humana, fazer Agroecologia e Soberania Alimentar devemos combater o racismo, machismo e a LGBTI+fobia.

### *3.3 Potencialidades e desafios da Via Campesina Brasil sobre a formação em Diversidade Sexual e de Gênero*

Aqui pretendemos uma abordagem mais provocativa, que possa em algum nível provocar reflexões sobre onde se toca quando trazemos a Diversidade Sexual e de Gênero para os processos de formação política nos movimentos sociais do campo, água e florestas. Importante destacar que as reflexões a seguir devem ser entendidas como uma foto de um momento do contexto que está vivo e em constante movimento.

Buscamos, a partir da experiência vivida, destacar alguns desafios e algumas potencialidades do processo organizativo e formativo das LGBTI+ no contexto dos movimentos populares que compõem a Via Campesina Brasil.

#### *A. Desafios*

Seguirmos vivas e em luta! Muitas vezes se aponta como um primeiro desafio para a maioria das LGBTI+ nessa sociedade, permanecer vivas e combatendo todas as formas de opressão. No Brasil, em 2023 registraram-se 230 mortes de pessoas LGBTI+ de forma violenta no Brasil, sendo 184 assassinatos, 18 suicídios e 28 mortes por outras causas segundo o dossiê “Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil”<sup>xii</sup>, coordenado pelas organizações Arte e Política LGBTI+, a Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA); e a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Bissexuais (ABGLT). Sendo que as maiores vítimas foram as mulheres transexuais, travestis e homens gays. Com certeza esses dados ainda não dão conta de alcançar muitos outros casos invisibilizados. Nos três (03) últimos anos, foram assassinados cinco (05)<sup>xiii</sup> militantes do MST pela LGBTI+fobia, mais do que em conflitos agrários diretamente.

No contexto das organizações do campo, águas e florestas articuladas na Via Campesina, podemos afirmar que nesse tempo histórico estamos num terreno fértil onde

precisamos semear a subversão e combater os parasitas desse chão. Desse modo, provocamos indicar alguns desafios da pauta LGBTI+ a partir de debates coletivos e experiências próprias colocando na perspectiva de construir relações humanas emancipatórias de cunho revolucionário:

- Superar todas as formas de violência e relações de dominação, opressão e exploração advindas do capitalismo, racismo e patriarcado;
- Fortalecer a luta contra o agro-hidro-minério-negócio articulando com a luta contra o patriarcado e racismo;
- Fortalecer a construção da Soberania Alimentar e da Agroecologia ao passo que propomos novas relações humanas emancipadas;
- Nutrir as reflexões que promovam múltiplas formas de conceber o sexo, o gênero e a sexualidade, repensando as masculinidades e as feminilidades, em contraposição a hegemonia, na busca em conformar sujeitos políticos que não se entendam com algum gênero ou orientação sexual porque lhe foram impostos, mais sim por construção e descoberta próprias na relação e com o zelo da coletividade;
- Descolonizar os afetos numa perspectiva revolucionária;
- Estabelecer o cuidado do corpo e mente, promovendo a afetividade e o amor camarada como prática cotidiana;
- Promover ações de incidência direta contra as a LGBTI+fobia nos territórios e de zelo pelas vítimas, a exemplo a Campanha permanente contra LGBTIfobia no Campo, promovida pelo MST<sup>xiv</sup>;
- Conformar sujeitos políticos que sejam em sua prática cotidiana antirracistas, anticapitalistas e antipatriarcais (antimachistas e antiLGBTI+fóbicos), em todos os continentes até que toda a classe seja plenamente livre.

São desafios complexos e de perspectiva revolucionária. Nesse sentido, devem ser alimentados diariamente, no *fazimento* da nova sociedade. Não é de uma hora para outra que alteramos radicalmente as relações, exige um acúmulo de forças. Aqui estamos propondo um compromisso com um processo de humanização e de busca por emancipação humana.

## B. Potencialidades

Fobia vem do grego Φόβος, *phóbos*, que significa “medo”, e a terminologia LGBTfobia ou LGBTI+fobia usamos para nos referir a lesbofobia, homofobia, bifobia, transfobia que consiste na aversão, repugnância, ódio, preconceito que algumas pessoas, ou grupos nutrem contra as LGBTI+.

Num primeiro momento podemos afirmar que o conjunto de ações organizativas e formativas realizadas nos processos minimamente citados neste trabalho vão ao encontro do combate à LGBTI+fobia, em especial nos territórios do campo, água e florestas, e para além destes, para toda a sociedade. Em Louro (2004) citado por Lacerda (2018)<sup>xv</sup> refletimos:

[...] os sujeitos que, por alguma razão ou circunstância, escapam da norma e promovem uma descontinuidade na sequência (*sic*) sexo/gênero/sexualidade serão tomados como minoria e serão colocados à margem das preocupações de um currículo ou de uma educação [ou qualquer processo formativo] que se pretenda para a maioria. Paradoxalmente, esses sujeitos marginalizados continuam necessários, pois servem para circunscrever o contorno daqueles que são normais e que, de fato, se constituem nos sujeitos que importam (Louro, 2004, p. 27 *apud* Lacerda, 2018, p. 218).

Desta forma visualizamos que na realidade essas dissidências são penalizadas ao mesmo tempo que servem a uma lógica que justifica a opressão, dominação e exploração, usando de variados meios de realizar a manutenção dessa hierarquia, e na manutenção do próprio patriarcado e do heterossexismo.

A promoção desse status de superioridade e a marginalização muitas vezes vem pelo medo, uma emoção humana que imediatamente causa uma reação de fuga, proteção ou enfrentamento, que na atuação de políticas e figuras conservadoras é a melhor ferramenta para manter a ignorância e alienação da população. Então perguntamos...

## C. Quem tem medo das LGBTI+?

Ser lésbica, bissexual, gay, travesti, transexual, intersexual, pansexual, assexual, não binária e tantas outras formas de promover a descontinuidade na sequência sexo-gênero-sexualidade é ruir tijolos muito antigos na estrutura do patriarcado e do heterossexismo que o capitalismo vem desfrutando como um grande consórcio. Que na história da humanidade sempre existiram cosmovisões muito diversas sobre corpos, gêneros e sexualidades já podemos

afirmar buscando por inúmeras existências que a história tentou apagar. Vindo de uma imposição colonialista, cristã, branca, masculina, cisgênera, heterossexual, sem deficiência - e capitalista de conceber o ser humano e dominá-lo.

Há uma crescente, porém não tão recente, onda conservadora e de extrema-direita no mundo que vem atacando e promovendo o terror e a ignorância na sociedade a respeito das LGBTI+, e nesse sentido escancaramos porque devem ter medo de nós:

- A família: “esses pervertidos querem destruir a família!” e sim, queremos destruir a família patriarcal onde a mulher é oprimida, onde a monogamia é pregada, porém só se aplica à mulher, onde também se perpetua a propriedade privada, onde mais de 70%<sup>xvi</sup> dos casos de pedofilia acontecem em suas casas, que expulsam as filhas e filhos LGBTI+ e a hipocrisia é densa a cortar de faca.
- A divisão sexual do trabalho: “trabalho de homem” e “trabalho de mulher” são questionados, uma vez que não existe justificativa material para essa divisão, assim podem ser exercidos por qualquer pessoa. Romper os modos de produção capitalista que nos explora e subalterniza. E essa fissura abala o capital, estabelece um medo material, econômico na lógica de exploração do homem sobre a mulher, do cisheteronormativo sobre o não-cisheteronormativo.
- O corpo: gritar aos ventos que o corpo tem inúmeras formas de ser e se expressar, que tem direito ao afeto e ao gozo, que é território de luta e insubmisso e que caminha para a libertação do corpo da classe trabalhadora. Numa perspectiva revolucionária, sujeitos políticos de corpos livres exclamam e são potentes para interromper as relações de poder, e isso causa pânico à ordem patriarcal e capitalista estabelecida.
- A religião: contestar as interpretações convenientemente LGBTIfóbicas, machistas e racistas das doutrinas religiosas, em especial as judaico-cristãs, que justificam a opressão com passagens intencionalmente selecionadas, ignorando valores como o amor ao próximo. Construiremos templos sem doutrinas onde o amor será livre a quem estiver disposto a amar.
- A monogamia: exigida apenas às mulheres e flexibilizada para o patriarca, uma falácia falida, onde o estupro dentro do casal é historicamente permissivo, a monogamia contribui através da reprodução na manutenção da propriedade privada como cerne do capital e se estende a propriedade de uma pessoa sobre a outra, uma monocultura afetiva

assim como um campo de soja. Queimaremos essas e outras concepções, para que a monogamia ou a não-monogamia sejam construídas como formas de relacionamento conscientes e em comum acordo, onde a fidelidade seja com o afeto entre seres humanos completos.

Nesse sentido, o medo conservador cisheterossexual pode ser traduzido como um resultado ou resposta ao avanço dos temas de gênero e sexualidade que instruem um leque de contribuições na formação dos sujeitos para além e isso os estremece. Buscamos a emancipação de todas as dimensões humanas e só vamos conquistá-las na coletividade, em relação, reflexão e ação concreta.

Se estas ideias causaram alguma sensação, seja medo, angústia, indignação, euforia, certezas ou incertezas em algum grau, o objetivo dessa provocação foi cumprido, pois movimentar as ideias é pedagógico, então nos coloquemos em constante movimento.

#### **4 Considerações finais**

A Via Campesina e o Coletivo LGBTI+ em sua estrutura, tem pela frente muitos desafios. Aqui buscamos destacar alguns deles, pois a cada ação na luta de classes, o cenário se atualiza. Não está tudo resolvido e entendido pelo conjunto dos movimentos, há vários limites e desafios. E no âmbito da articulação internacional destes movimentos, o caminho se faz talvez longo, contudo, não arredamos o pé de onde chegamos, há muito o que ocupar.

É fundamental reconhecer que o corpo como nossa materialidade é nosso território, e nossos territórios fazem parte desses corpos que são diversos, coloridos, com existências particulares e coletivas que devem ser defendidos. Por isso afirmamos que somente teremos territórios verdadeiramente livres com corpos verdadeiramente livres.

Reafirmar que não alcançaremos a Agroecologia e a Soberania Alimentar para os povos sem pautar a construção de novas relações humanas assim como com a natureza. Relações saudáveis que produzem alimentos saudáveis. Combater o racismo, o machismo e a LGBTI+fobia desde nossos agroecossistemas e em toda a sociedade.

A luta contra todas as formas de violência deve ser concreta, abarcando tanto a dimensão ideológica como sua dimensão material. A construção de uma afetividade e a relação entre nós

que deve ser e estar numa perspectiva revolucionária, rompendo as cercas que nos privam de ser, viver e amar.

A pauta é estruturante pois a existência das sujeitas e sujeitos é igualmente estruturante e não um acessório na luta camponesa e de classe. Nesta via, talvez tenhamos a potencialidade de protagonizar a expansão da pauta Diversidade Sexual e de Gênero a territórios historicamente negados, construindo outra territorialidade e relações emancipadas entre natureza e seres humanos, reafirmando em ações e palavras que: Sem LGBTI+ não há revolução!

## Referências

- BATISTA, Ândrea Francine. **Movimento camponês e consciência de classe: a práxis organizativa da Via Campesina Internacional na América Latina**. Rio de Janeiro, 2019.
- BEZERRA, Islandia. Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional. In: DIAS, Alexandre; et al (org). **Dicionário de Agroecologia e Educação**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2021. p. 713-720.
- BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. (tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.
- DELPHY, Christine. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, Helena; et al. (org.) **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 173-178.
- FEDERICI, Silvia. **Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2017.
- FERNANDES, Bernardo Mançano. Sobre a tipologia de Territórios. In: SAQUET, Marcos Aurelio; SPOSITO, Eliseu Savério (orgs). **Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, 2009. Disponível em: <<http://docs.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POS-GRADUACAO/TIPOLOGIA%20DE%20TERRITORIOS/LIVRO%20SAQUET%20E%20SPOSITO.pdf#page=197>>. Acessado em: 21 de jun. 2023
- FREITAS, Dalila V. de. Para além de mitos e fantasias: africanidade, corpos-território e potência revolucionária. In: DUNKER, Christian; MAIA, Heribaldo; MANOEL, Jones (orgs.). **Psicanálise, marxismo e revolução**. 1. ed. São Paulo: Lavrapalavra, 2022. p. 67-88.
- GAGO, Verónica. **A potência feminista, ou o desejo de transformar tudo**. Tradução de Igor Peres. São Paulo: Editora Elefante, 2020.
- LACERDA, Milena. Enredos sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Educação. In: NOGUEIRA, Leonardo et. al. (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil**. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 211-228.

LA VÍA CAMPESINA. El Seminario Internacional de la Vía Campesina: debate sobre la diversidad sexual y de género. In: **La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional**. Online: La Vía Campesina. Movimiento Campesino Internacional, 17 de dezembro de 2021. Disponível em <<https://viacampesina.org/es/el-seminario-internacional-de-la-via-campesina-debate-sobre-la-diversidad-sexual-y-de-genero/>>. Acessado 29 jun. 2023

LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* com políticas de conhecimento. In. LOPES, Denilson et. al. (org.). **Imagem e diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, 2004.

MARX, Karl. A assim chamada acumulação primitiva. In: \_\_\_\_\_. **O capital: crítica da economia política**. Volume I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI NO BRASIL. **Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2023/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2022-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 14 jun.2025.

PRIMAVESI, Ana Maria. **Pergunte o porquê ao solo e às raízes: casos que auxiliam na compreensão de ações eficazes na produtividade agrícola**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

SANTOS, Milton. O dinheiro e o território. In: SANTOS, Milton.; BECKER, Bertha (orgs.). **Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial**. 3ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia de Trabalho Científico**. São Paulo: Cortez, 2007.

VIA CAMPESINA INTERNACIONAL (VCI). **Declaración Final del Foro Mundial sobre Soberanía Alimentaria**. Cuba, 2001. Disponível em: <[http://www.movimientos.org/cloc/show\\_text.php3?key=1178](http://www.movimientos.org/cloc/show_text.php3?key=1178)>. Acesso em: 28 jun. 2023.

WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriem Pillar Grossi, In: **Estudos Feministas**, 2000. (p. 460-482).

ZANOTTO, Rita. **Soberania Alimentar como construção contra-hegemônica da Via Campesina: Experiências no Brasil e na Bolívia**. Dissertação de Mestrado em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). SP: UNESP, 2017. Disponível em: <[https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao\\_zanotto\\_2017.pdf](https://www2.fct.unesp.br/nera/ltd/dissertacao_zanotto_2017.pdf)>. Acesso em 28 jun. 2023.

<sup>i</sup> Ao longo do trabalho será visualizado em determinados momentos diferenças na sigla (LGBT, LGBTI, LGBTQIA+, etc.) que denotam diferentes fontes e momentos históricos, aqui usaremos em maioria LGBTI+ como opção e em consonância com o Coletivo LGBTI+ do MST.

<sup>ii</sup> As populações do campo, da floresta e das águas são caracterizadas por povos e comunidades que têm seus modos de vida, produção e reprodução social, relacionados predominantemente com a terra e a água (e as florestas). Neste contexto, estão as/os camponesas/es, sejam elas/es agricultoras/es familiares, trabalhadoras/es

rurais assentadas/os ou acampadas/os, assalariadas/os e temporárias/os que residam ou não no campo. Estão ainda as comunidades tradicionais, como as ribeirinhas, quilombolas e as que habitam ou usam reservas extrativistas em áreas florestais ou aquáticas, pescadoras e ainda as populações atingidas por barragens, entre outras. Fonte: <<https://saude.rs.gov.br/saude-da-populacao-do-campo-da-floresta-e-das-aguas>>. Acesso em: 20 jun. 2023.

<sup>iii</sup> A Via Campesina é uma articulação de movimentos populares camponeses, organizações de trabalhadoras/es assalariadas/os, movimentos indígenas, movimentos afrodescendentes como quilombos ou *palenques*, movimentos de pescadoras/es, e, movimentos de mulheres camponesas e indígenas (BATISTA, 2019). Foi fundada em 1992 inicialmente com 47 organizações e com objetivo de ser um instrumento de luta, conectando os movimentos a nível nacional, regional e internacional, atualmente é constituída por 180 organizações em 81 países distribuídos por 4 continentes, África, América, Ásia e Europa. Mais informações sobre a Via Campesina: disponível em: <<https://viacampesina.org/es/>>. Acesso em: 10 jun. de 2025.

<sup>iv</sup> Este texto foi adaptado de um artigo maior apresentado em 2023 como trabalho de conclusão de mesma autoria.

<sup>v</sup> Conquista esta que é objeto de pesquisa em andamento.

<sup>vi</sup> Música Como uma flor de Francisco, El Hombre canta sobre uma crítica ao modo máquina de funcionamento do nosso corpo e anuncia a flor subversiva que deve rasgar e nos permitir humanidade. Disponível em <<https://music.youtube.com/watch?v=ESxudIx8Ho>>.

<sup>vii</sup> A palavra vem de América Latina, termo cunhado por Lélia Gonzalez para designar a identidade cultural da região que abrange a América Latina e o Caribe.

<sup>viii</sup> Fala feita no primeiro Seminário Diversidade Sexual e de Gênero Via Campesina/Brasil “LGBTI La Via Campesina: Colorindo territórios e semeando orgulho e resistência!” ocorrido nos dias 24 e 31 de julho de 2021 - das 14h às 17h30 (horário de Brasília) pela plataforma do Zoom.

<sup>ix</sup> A acumulação primitiva, segundo Karl Marx (2014), é a separação violenta dos produtores dos seus meios de produção, como os “cercamentos” na Inglaterra. É um pré-requisito histórico e violento para o capitalismo, não se referindo à acumulação de capital usual, mas sim à privatização de terras comuns que forçou a subsistência pela venda da força de trabalho. Este processo transformou camponeses em trabalhadores assalariados, criando uma massa de trabalhadores “livres” (sem posses) e concentrando capital para investimento industrial, explorando a força de trabalho. E aqui temos Silvia Federici (2017) que se dedica a discutir a partir desse conceito com um olhar mais aprofundado sobre o tema corpo e o seu disciplinamento.

<sup>x</sup> A heterossexualidade é uma exigência do patriarcado, se conformando um sistema, já o heterossexismo, sendo um pilar do primeiro, significa para Welzer-Lang (2000): “[...] a promoção incessante, pelas instituições e/ou indivíduos, da superioridade da heterossexualidade e da subordinação da homossexualidade. O heterossexismo organiza o modo pelo qual homens e mulheres vivem a sua sexualidade e, portanto, é um dos pilares fundamentais das relações patriarcais de gênero (WELZER-LANG, Daniel. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. Tradução de Miriem Pillar Grossi, In: **Estudos Feministas**, 2000. p. 460-482). Em Borrillo (2010, p.31), “A heterossexualidade aparece, assim, como o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa – e o ideal que ela encarna – é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, em que a heterossexualidade ocupa a posição superior”. E mais adiante prossegue “[...] em função da categorização e naturalização dos papéis sexuais, fica evidente a heterossexualidade como o único modelo legítimo de sexualidade, já que o sexo também é um produto do sistema político-econômico, social e ideológico, construído e fundamentado na crença da diferença entre os sexos para justificar a opressão patriarcal das mulheres pela dominação dos homens. Todavia, esta ideologia é funcional à divisão sexual do trabalho e, a partir desta estrutura social biológica naturalizada, a continuidade da propriedade privada não será afetada.” (BORRILLO, 2010, p.96). BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**. (tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira). Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010.

<sup>xi</sup> Primavesi traz essa síntese em diferentes obras, a fim de referência podemos citar: PRIMAVESI, Ana Maria. **Pergunte o porquê ao solo e às raízes: casos que auxiliam na compreensão de ações eficazes na produtividade agrícola**. 1. ed. São Paulo, Expressão Popular, 2021.

<sup>xii</sup> OBSERVATÓRIO DE MORTES E VIOLÊNCIAS LGBTI+ NO BRASIL. **Mortes e Violências contra LGBTI+ no Brasil: Dossiê 2023**. Florianópolis, SC: Acontece, ANTRA, ABGLT, 2024. Disponível em: <<https://observatoriomorteseviolenciaslgbtibrasil.org/wp-content/uploads/2024/05/Dossie-de-Mortes-e-Violencias-Contra-LGBTI-no-Brasil-2023-ACONTECE-ANTRA-ABGLT.pdf>>. Acesso em: 14 jun.2025.

<sup>xiii</sup> Está em investigação mais um caso de LGBTI+ assassinado, onde estão sendo averiguadas as motivações.

<sup>xiv</sup> Para ver mais: MST. MST lança Campanha Permanente contra a LGBTI+fobia no Campo. In: **MST. Online: MST**, 17 de maio de 2023. Disponível em: <[Divers@, Matinhos, v. 18, n. 1, p. 1-18, 2025.](https://mst.org.br/2023/05/17/mst-lanca-campanha-permanente-contra-a-lgbtifobia-no-campo/#:~:text=Diante%20da%20necessidade%20de%20construir,a%20LGBTI%2Bfobia%20no%20Campo.>.</a>>. Acesso em: 29 jun. 2023.</p>
</div>
<div data-bbox=)

---

<sup>xv</sup> LOURO, Guacira Lopes. Os estudos feministas, os estudos gays e lésbicos e a teoria *queer* com políticas de conhecimento. In. LOPES, Denilson et. al. (org.). **Imagem e diversidade sexual**. São Paulo: Nojosa, 2004.

LACERDA, Milena. Enredos sobre Diversidade Sexual e de Gênero na Educação. In. NOGUEIRA, Leonardo et. al. (org.). **Hasteemos a Bandeira Colorida: Diversidade sexual e de gênero no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2018. p. 211-228.

<sup>xvi</sup> Veja em: VILELA, Pedro Rafael. Mais de 70% de violência sexual contra crianças ocorre dentro de casa. Campanha Nacional de Conscientização é realizada no mês de maio. In: **Agência Brasil**. *Online*: Agência Brasil, 18 de maio de 2019. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2019-05/mais-de-70-da-violencia-sexual-contra-criancas-ocorre-dentro-de>>. Acessado em 29 jun. 2023.